

CORREIO NACIONAL



Tânia Rêgo/Agência Brasil

Isolamento compulsório rompia vínculos familiares

Pensão a 61 filhos separados de pais com hanseníase

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou na sexta, no Diário Oficial da União, 61 novas portarias concedendo pensão especial a filhos de pessoas que foram internadas ou isoladas compulsoriamente em razão da hanseníase até o ano de 1986, quando esse modelo de tratamento foi descontinuado. Os atos foram aprovados em reuniões de uma comissão interministerial de avaliação, realizadas no mês passado. Essa comissão avalia a elegibilidade

dos requerentes da pensão especial e pode solicitar provas documentais, testemunhais ou periciais. Com as portarias publicadas, os processos serão encaminhados ao INSS, responsável pelo pagamento da pensão indenizatória, que é mensal, vitalícia e intransferível. Prevista na Lei 11.520/2007, a concessão, no valor atual de R\$ 2.108,31, com reajuste anual, era inicialmente destinada às pessoas que, no passado, era internadas compulsoriamente em hospitais-colônia.

Hipertensão arterial pulmonar

Um estudo clínico internacional, publicado no The New England Journal of Medicine, testou um novo medicamento para pacientes com hipertensão arterial pulmonar. A nova droga foi desenvolvida para agir nos vasos pulmonares, reduzindo sua espessura, facilitando a circulação sanguínea

Mais de mil cirurgias

O mutirão Agora tem Especialistas Dia-E realizou de forma simultânea, em 24 estados brasileiros, mais de 1,1 mil cirurgias, além de 10 mil procedimentos, consultas e exames especializados, no sábado (5), em 45 hospitais universitários federais administrados pela Ebserh, em uma parceria

Atenuantes para crimes sexuais

Entrou em vigor nesta sexta-feira (4) a lei que modifica o Código Penal Brasileiro para acabar com atenuantes e reduzir o prazo prescricional para crimes que envolvam violência sexual contra a mulher. A sanção do texto, publicada no Diário Oficial da União (DOU), foi assinada pelo presiden-

Monitoramento climático

Em um marco histórico para a cooperação espacial bilateral, Brasil e China anunciaram no sábado (5/7), durante a Cúpula do Brics, no Rio de Janeiro, a conclusão das negociações para o desenvolvimento conjunto do satélite CBERS-5. Este novo satélite representa

Transmissão oficial do Brics

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) está transmitindo a Cúpula dos Brics, que ocorre no Rio de Janeiro. O Brics é um agrupamento internacional formado por 11 países membros: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados

Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Serve como foro de articulação político-diplomática de países do Sul Global e de cooperação nas mais diversas áreas. A cúpula começou os seus trabalhos no domingo (6) e se estende por essa segunda (7) no Rio de Janeiro.

Sancionadas penas mais duras para crimes em escolas

Lei foi publicada na última sexta-feira no Diário Oficial

O vice-presidente Geraldo Alckmin sancionou a lei que aumenta as penas para quem comete crimes nas dependências de instituições de ensino em geral. Publicada na edição do Diário Oficial da União desta sexta-feira (3), a Lei nº 15.159 altera o Código Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, qualificando como agravante o fato de um crime ocorrer no ambiente escolar, faculdades, universidades ou centros educacionais.

A lei amplia as penas de homicídio já estabelecidas, que variam de seis a 20 anos de prisão. Se cometido nas dependências de instituições de ensino, por pais, padrastos, madrastas, tios, irmãos, cônjuges, companheiros, tutores, curadores, preceptores ou empregadores da vítima, bem como por professores ou funcionários da instituição de ensino, a Justiça poderá aplicar uma pena 2/3 maior.

A pena por homicídio será de 1/3 até a metade maior se a vítima tiver alguma deficiência, doença limitante ou for considerado física ou mentalmente vulnerável. E de 1/3 a 2/3 se a lesão dolosa for pra-



Tomaz Silva/Agência Brasil

Lei amplia as penas de homicídio já estabelecidas, que variam de seis a 20 anos de prisão

ticada contra autoridade ou agente público integrante do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela.

O novo texto legal também qualifica como crime hediondo o homicídio praticado em atividade típica de grupo de extermínio – mesmo que cometido por uma só pessoa –; a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, bem como

a seguida de morte, quando praticada contra autoridade ou agente público integrante do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública; membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Advocacia Pública ou oficiais de justiça no exercício de suas funções ou em decorrência dela.

Coube a Alckmin sancionar a nova lei, na condição de

presidente em exercício, porque, ontem (3), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se ausentou do país para participar da Cúpula do Mercosul. O evento aconteceu na capital da Argentina, Buenos Aires, onde Lula aproveitou para se reunir com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, e para visitar a ex-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, que cumpre pena em prisão domiciliar, por corrupção.

Domésticas ainda encaram barreiras



Tânia Rêgo/ Agência Brasil

Lei Complementar 150 regulamentou direitos da categoria

Aprovada há dez anos, a Lei das Domésticas, como ficou conhecida a Lei Complementar 150, é considerada um marco por regulamentar direitos dos trabalhadores domésticos conquistados a partir da Emenda Constitucional 72, a PEC das Domésticas. Passado esse tempo, a categoria, formada por uma maioria de mulheres negras, ainda enfrenta barreiras para ter a carteira de trabalho assinada e os novos direitos. Outro desafio é inclusão das diaristas, deixadas de fora da lei.

Na avaliação da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município do Rio de Janeiro, Maria Izabel Monteiro, a LC 150 introduziu direitos importantes, como a jornada máxima de 44 horas semanais, o pagamento de horas extras, adicional noturno e a obrigatoriedade do pagamento do FGTS. Porém, a sociedade, como um todo, se beneficia da economia do trabalho doméstico, que libera tempo para outros profissionais, mas sonega encargos e ignora direitos da categoria.

“A sonegação vem porque a própria sociedade vê um valor social menor neste trabalho e ignora os direitos das domésticas” afirmou a dirigente. “A classe média alta não considera o trabalho doméstico como profissão, mas não abre mão de ter uma trabalhadora em casa. Quem é empregador – e tem direitos trabalhistas – precisa saber que aquela pessoa que cuida do seu bem maior, da sua casa, de seus filhos, de seu pai, mãe, avô, avó, não é da família e

tem direitos”, completou Maria Izabel. Ela defende mais fiscalização, com blitzes em condomínios, por exemplo. O Brasil tinha 5,9 milhões de trabalhadores domésticos em 2022, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cerca de 91% são mulheres, e sete em dez são negras. A metade dos trabalhadores domésticos (52,9%) é chefe de família, e só

dois em dez possuíam carteira assinada.

Apesar dos benefícios trazidos pela Lei Completar 150, a coordenadora-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Creuza Maria Oliveira, cobra também o reconhecimento das diaristas como domésticas, e a correção do que ela chamada de “falhas” na lei. As domésticas foram excluídas do abono salarial, pago aos trabalhadores que ganham até dois salários mínimos, e só têm direito a três parcelas de auxílio-desemprego, com teto de R\$ 1.518. Os demais trabalhadores formais recebem cinco parcelas, de até R\$ 2.424,11.

“Essa questão do seguro-desemprego é difícil porque, quando a gente é mandada embora, ganha menos, e há uma série de regras novas que dificultam o resgate, se você ficou menos de um ano em uma casa, por exemplo”, disse Maria (nome fictício), que hoje é babá e trabalha desde os 10 anos de idade em casa de família.

STF

643 pessoas denunciadas por ações no 8 de janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 643 acusados pela participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O balanço das condenações foi divulgado pela Procuradoria-Geral da República, órgão responsável pelas denúncias enviadas ao Supremo para responsabilizar as pessoas que invadiram e depredaram as instalações do Congresso, Palácio do Planalto e do Supremo. As condenações envolvem os executores apenados pelos crimes de associação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

STJ

Sem acesso a benefício fiscal disponibilizado pelo Perse

Sob o rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) fixou duas teses sobre as condições para que empresas do setor de eventos possam usufruir de benefício fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos. Na primeira, foi definido que o prestador de serviços turísticos deve estar previamente inscrito no Cadastur, para poder se beneficiar da alíquota zero em relação à contribuição para o PIS, à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

TSE

Prêmio Justiça Eleitoral recebe mais de 300 inscrições

A primeira edição do Prêmio Justiça Eleitoral recebeu 328 inscrições de iniciativas voltadas à valorização e ao fortalecimento do processo eleitoral, à defesa do direito ao voto e à preservação da democracia. A iniciativa é promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral. O concurso premiará ações que comprovem iniciativas inovadoras e eficazes promovidas por juízas e juízes eleitorais, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, cidadãs e cidadãos que se destaquem em inovação, combate à desinformação, eficiência na comunicação, redução das desigualdades e acesso à Justiça Eleitoral, além da atuação de eleitores e mesários.

TCU

Trabalhos com foco em desenvolvimento regional

Diversas unidades do TCU estiveram reunidas, sob condução da Secretaria-Geral de Controle Externo, para apresentação de projetos prioritários para a gestão 2025/2026. No encontro, os auditores mostraram trabalhos que têm uma visão regionalizada, que impactam de forma direta mais de um ente ou região do país. Na abertura do encontro, a titular da Segexex, auditora Juliana Pontes, afirmou que, ao compartilhar as informações das ações em desenvolvimento com o viés da regionalização, o TCU incentiva que o controle externo seja feito com olhar mais voltado para a transformação de realidades locais.